DATA: 24/Fevereiro/1995

JORNAL: Diário da Manhã

A ADUFPEL representada no XIV Congresso da ANDES

O XIV Congresso da ANDES-Sindicato dos Docentes do Ensino Superior, realizado em Brasília entre os dias 14 e 18 de fevereiro, foi um dos mais representativos encontros da história da entidade, com a participação de cerca de 450 professores das universidades de todo o país, entre delegados e observadores. A ADUFPel-Seção Sindical, esteve representada pelos professores Walcir Corvello, Ceres Torres, Eliane Chagas e Luiz Carlos Rigo, eleitos em assembléia da categoria.

Entre as inúmeras deliberações aprovadas pelos Docentes durante o congresso, vale destacar o lançamento da campanha "1985: em Defesa da Universidade Pública", que será encaminhada conjuntamente pela ANDES-SN, FASUBRA Sindical (entidade dos servidores técnico-administrativos das universidades) e União Nacional dos Estudantes, e que visa chamar a atenção da sociedade brasileira e da comunidade universitária, "da importância da Universidade Pública para o desenvolvimento social, cultural, econômico, político, científico e tecnológico do país, mostrando a real situação das universidades públicas". Além disso, foi aprovado o encaminhamento do chamado "Movimento Unificado em Defesa da Escola Pública", que consiste, inicialmente, na realização do "Seminário Nacional em Defesa da Educação", promovido pela CUT e contando com a participação da ANDES-SN.

O Congresso deliberou, também, que a luta pela aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional deve ser incluída na campanha nacional em defesa da educação, mas incluindo ações específicas, como a promoção de "abaixo-assinado" de âmbito nacional, com viabilização pelas associações de docentes juntamente com o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública.

Em relação ao tema "Conjuntura", o congresso da ANDES-SN aprovou alguns eixos de luta, como a defesa das liberdades democráticas e construção efetiva da cidadania; a luta contra as políticas neoliberais e oposição ao governo FHC; a luta pela democratização dos meios de comunicação; a defesa do serviço público na perpesctiva de pleno acesso e pelo controle democrático desses serviços pela população; defesa da escola pública democrática, gratuíta e de qualidade em todos os níveis; defesa da soberania nacional, dos direitos sociais e contra a reforma constitucional; e luta com o conjunto dos trabalhadores e movimentos sociais pela reversão da miséria e por condições dignas de vida para toda a população. 24-2

DATA: 06/ABRIL/1995

JORNAL: D. POPULAR

Paralisação agita Calçadão

Dia Nacional de Luta reuniu funcionários federais

Os trabalhadores federais, de Pelotas, paralisaram suas atividades, ontem, em respeito ao Dia Nacional de Luta promovido pela CUT (Central Única dos Trabalhadores) e entidades representativas dos profissionais da Educação. Os trabalhadores participaram de ato público, às 16h, no calçadão. O objetivo era protestar pela intenção do Governo em privatizar o ensino público, acabar com a Previdência Social e entregar ao capital especulativo empresas estatais rentáveis.

Participaram do ato público representantes do DCE da UFPel, da Adufpel,da Asufpel, da Adetfpel,da Assetefepel, da Cpers, do Sindjus e do Sindicato dos Trabalhadores da Justiça e do Trabalho. A manifestação iniciou com a apresentação do Núcleo de Teatro Popular, que abordou temas relacionados à Educação e à Previdência em suas esquetes.

A professora da UFPel, Cleomir Barbosa Fernandes, salienta que todo movimento é importante. Ela informa que os professores devem se unir, em Pelotas, para reivindicar por melhores condições de ensino e pela não privatização das universidades federais.

A presidenta da Adufpel (Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pelotas) Secção Sindical da Andes - Sindicato Nacional, professora Ceres Maria Torres, declarou que na assembléia de ontem os docentes decidiram criar uma comissão local de mobilização. A comissão irá se comunicar com os outros setores de educação para participarem juntos.

ATO público em protesto contra medidas de FHC

O coordenador da Asufpel (Associação dos Servidores da Universidade Federal de Pelotas), Luís Osório dos Santos, salienta que em assembléia, ontem, os servidores discutiram o processo das aposentadorias. Eles só aceitarão mudanças se houver uma auditoria nas contas da Previdência Social.Na opinião dele, o presidente tem condições de manter os benefícios da Previdência e ainda ampliá-los.

Os trabalhadores da Justiça do Trabalho paralisaram suas atividades durante o dia de ontem até às 15 horas.De acordo com o representante sindical dos Trabalhadores da Justiça do Trabalho, Wilsom Almeida Silva, domingo haverá plenária dos federais, em Brasília, para avaliar a manifestação de ontem e decidir sobre a possibilidade de entrarem em greve por tempo indeterminado.

Segundo os trabalhadores, o Presidente está atacando aos direitos sociais conquistados durante a Constituição de 1988: fim da aposentadoria por tempo de serviço, fim da estabilidade do funcionalismo público e corte nos investimentos nas áreas de saúde e educação.

■ **LILIANI BENTO**
do Diário Popular

6.4

DATA: 07/05/95
JORNAL: D. MANHÃ

ão/DM

misso

Docentes em defesa da cidadania

Os docentes das Instituições de Ensino Superior do Brasil, reunidos no XXX CONAD (Conselho Nacional da ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes de Ensino Superior), realizado em São Luís (MA) de 02 a 04 de junho, decidiram reforçar sua disposição de luta em defesa da educação, do serviço público, da democracia e da cidadania. Os representantes das secções sindicais de todo o país que participaram do evento aprovaram um conjunto de deliberações, como a de fortalecer a solidariedade sindical com os trabalhadores em luta contra as reformas propostas pelo presidente da República. Reafirmaram, também, a "necessidade e urgência da construção do projeto democrático-popular que crie condições de existência e liberdade para o conjunto da sociedade e não apenas para as classes dominantes".

No campo específico da Educação, os docentes afirmam a luta pela rejeição do substitutivo Darcy Ribeiro para a LDB e se opõem à idéia de emendá-lo, "de forma a resgatar a luta pela aprovação da LDB expressa no PL 101/93, na forma do substitutivo Cid Sabóia, que representa o resultado de longo e abragente processo de discussão com a sociedade", segundo a "Carta de São Luis", documento final aprovado pelo CONAD.

Os docentes criticam o governo FHC, por sua "intransigência, postura arbitrária e a violência utilizada para intimidar e reprimir os trabalhadores, através de atos do Executivo, como o decreto lei nº 1.480, que caça o direito de greve garantido na Constituição, o uso servil do Judiciário e a convocação irresponsável das Forças Armadas".A ADUFPel-Seção Sindical esteve representada no XXX CONAD, pelos professores Carlos Campani, Céres Torres, Antônio Augusto Ferreira e Lilia Pereira.

Grevistas querem posição do reitor

O auditório do Colégio Pelotense lotou, ontem à tarde, durante assembléia geral dos professores, funcionários e estudantes da UFPel (Universidade Federal de Pelotas), em greve desde terça-feira contra as reformas constitucionais que, prevê entre algumas mudanças, a privatização das instituições federais.

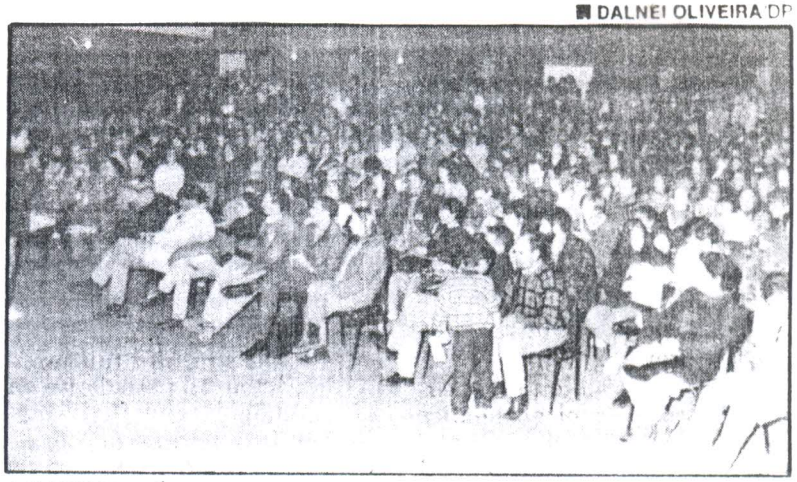
Conforme nota da Adufpel (Associação dos Docentes da UFPel), cerca de 1,2 mil pessoas participaram da reunião. Entre as deliberações da assembléia, está o posicionamento, por unanimidade, contra qualquer tipo de retaliação às categorias paralisadas, como o controle de freqüência e de ponto. Segundo divulgação da Adufpel, a comunidade universitária quer a preservação da portaria 343, da UFPel, que normatiza o processo de mudança de funcionários de local de trabalho, estabelecendo uma comissão para fazer isso. "Hoje, o reitor determina sozinho essas mudanças", diz a nota. A assembléia também indicou a realização de eleições para os representantes técnico-administrativos no Conselho Universitário.

Dentro do cronograma de atividades previstas pela comunidade, hoje, a partir das 14h, acontece concentração em frente ao prédio da Reitoria, no Campus Universitário da UFPel, para exigir do reitor César Borges, um posicionamento sobre a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) da Educação e as reformas constitucionais propostas pelo Governo.

Segundo informações do comando de greve do CAVG (Colégio Agrícola Visconde da Graça), os alunos daquela instituição também aderiram à greve e participam de todas as atividades juntamente com os demais colegas.

■ IVELISE ALVES NUNES
do Diário Popular

■ DALNEI OLIVEIRA/DP



ASSEMBLÉIA ontem lotou o Colégio Pelotense

DATA: 19/MAIO/1995

JORNAL: D. POPULAR

MEC defende contratar professor sem estabilidade

FERNANDO ROSSETTI
Da Reportagem Local

O Ministério da Educação e do Desporto (MEC) quer reformar a Constituição para mudar as regras de contratação de professores nas 52 Instituições Federais de Ensino Superior.

Hoje, o quadro de funcionários e professores dessas instituições é regulado pelo Regimento Jurídico Único (RJU) —que garante isonomia salarial para professores de universidades diferentes e assegura estabilidade no emprego.

O MEC quer ter a possibilidade de contratar professores sem estabilidade, por períodos curtos.

A proposta é polêmica (*leia abaixo*). Está sendo encaminhada por uma das mulheres com mais poder na educação nacional, a antropóloga da USP Eunice Durham.

Ela dirige a nova Secretaria de Política Educacional do MEC, que faz a "compatibilização das diferentes atuações setoriais".

Pela mesa de Durham passam todos os projetos de lei do governo ou Congresso sobre educação.

Durham defende, em entrevista à **Folha**, o projeto de Lei de Diretrizes e Bases —a LDB, "constituição da educação"— do senador Darcy Ribeiro. E critica a LDB da Câmara —um documento discutido desde 1988.

Outro lado

Reitores criticam a proposta

Da Reportagem Local

Tanto professores como reitores das universidades federais discordam da reforma constitucional para contratações proposta pela secretária de Política Educacional do MEC, Eunice Durham.

"Isso se encaixa em um programa mais global do governo, que é a retirada do Estado dos setores de políticas sociais", afirma o presidente da Andes (Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior), Luiz Henrique Schuch, 42.

Para ele, "como já foi feito um enxugamento em investimentos e manutenção, agora querem cortar na folha de pagamentos".

"A origem da crise atual está na falta de investimentos", afirma, no mesmo sentido, o presidente da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), Diomário de Queiroz, 51.

Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, Queiroz diz que "se nós estivéssemos recebendo os 18% do orçamento da União previstos pela Constituição, estaríamos hoje trabalhando a favor de uma melhor capacitação de docentes de 1º e 2º grau e de políticas de desenvolvimento regional."

O problema, acrescenta o reitor, "é que nos últimos dez anos nós estamos sofrendo restrições orçamentárias."

"O que falta —mesmo neste governo— é vontade política de considerar a educação e a saúde como prioridade", afirma.

O presidente da Andes diz que o Regime Jurídico Único —que fixa formas de contratações, com o qual o governo quer acabar— é adequado às necessidades da universidade.

A defesa pelo MEC do projeto de Lei de Diretrizes e Bases do senador Darcy Ribeiro —em detrimento do da Câmara—, também é criticada por ambos.

"A LDB da Câmara é coerente com os princípios da Constituição de 1988, que garantia os recursos para a Universidade cumprir o seu papel", diz Queiroz.

Para Schuch, a defesa da LDB de Darcy Ribeiro "fere um processo de construção democrática" —do qual resultou a LDB da Câmara. Schuch diz que o projeto do senador "tem muitas inconstitucionalidades". **(FR)**

FS 3/6/1995

Entrevista

'Há problemas na carreira do magistério'

Da Reportagem Local

Leia trechos da entrevista com a secretária de Política Educacional do MEC, Eunice Durham:

★

Folha — Qual é exatamente o trabalho desta nova Secretaria de Política Educacional do Ministério da Educação?

Eunice Durham — A idéia é ser uma secretaria de integração ao nível mais amplo, de compatibilização das diferentes atuações setoriais —infantil, básico, médio, superior. Eu não compatibilizo no sentido de ficar interferindo na atuação de cada setor. É mais na proposta de uma visão integrada do problema educacional.

Folha — Tem algum projeto prático com o qual vocês estejam lidando?

Durham — Hoje, eu lido muito com o problema da legislação. Um é a reforma da Constituição.

Folha — O que o governo quer mexer na educação?

Durham — Há problemas relativos à carreira do magistério: a inflexibilidade que foi criada em todo o sistema —isso não afeta só a educação— pela introdução do Regime Jurídico Único...

Folha — Que cria isonomias salariais em todos os níveis...

Durham — O Regime Jurídico Único pensa o funcionalismo no seu conjunto. A Constituição de 1988 acabou com a autonomia das fundações e das autarquias. De modo que ficou tudo bitolado no modelo do funcionalismo. Agora, esse modelo não é suficientemente flexível para você abranger, por exemplo, a área da saúde, a área da universidade, das escolas.

Folha — O problema é na forma de contratação?

Durham — Na forma de contratação, na forma de carreira, anos-direito, as obrigações, os deveres, os privilégios. Em uma universidade, realmente, você precisa de um monte de contratações temporárias —é o caso de um projeto de pesquisa, por exemplo. Aí você vai criando uma porção de subterfúgios. As universidades vão criando, por exemplo, fundações particulares paralelas. Quando você vai contratar um projeto de pesquisa, você contrata pela fundação, porque é muito mais fácil.

Folha — Há outros pontos além da retirada das universidades do Regime Jurídico Único?

Durham — Um outro problema que afeta muito a educação está um pouco na Constituição. Não há divisão de tarefas, principalmente entre Estado e município. Nesta questão da co-responsabilidade de Estados e municípios, a Constituição precisaria ser mais clara, definir a forma de colaboração. Hoje, se não tem escola em Jundiaí, a quem você vai acionar?

Folha — Não sei...

Durham — É porque quando a responsabilidade é de ambos, Estado e município, ela não é de ninguém. Vamos ter que pensar a educação em cada Estado como um conjunto de co-responsabilidades definidas. Você teria fundos para dar um salto de qualidade.

Folha — Porque o governo decidiu patrocinar o projeto de LDB do senador Darcy Ribeiro, e não o da Câmara?

Durham — Eu acho que está havendo um problema crucial nessa discussão. A idéia toda é que a primeira LDB, o projeto da Câmara, foi fruto de uma longa negociação, e a LDB do Senado é a criação da cabeça de uma única pessoa, o Darcy Ribeiro. Não é bem verdade. A quase totalidade das coisas que orientaram a LDB da Câmara estão na LDB do Senado. Agora, há um problema sério porque as pessoas não estão lendo as duas LDB. Elas assumiram que aquela foi negociada, então queremos aquela. Eu não ouvi ainda nenhuma crítica sistemática ao projeto da LDB no Senado. De qualquer forma, a LDB do Senado é uma LDB muito mais flexível. A LDB da Câmara é muito rígida.

Folha — Uma das questões ausentes neste projeto de LDB do Senado é a educação infantil, que no Brasil é feita de forma muito solta, completamente improvisada na maioria dos Estados. Isso não é uma coisa que deveria ser incluída?

Durham — Eu acho que a questão da educação infantil é uma questão que precisaria de uma lei especial. Deve haver uma lei geral e devem haver leis especiais. Na minha opinião, muito da matéria que está na LDB da Câmara deveria ser tratada por lei especial.

FSP 03/06/1995

Criatividade marca protesto da UFPel contra substitutivo

Comunidade universitária participa de evento na rua

A comunidade universitária da UFPel (Universidade Federal de Pelotas) realizou ontem à tarde, no calçadão da Andrade Neves, mais uma atividade *do* programa *Universidade na Rua*, professores, servidores técnico-administrativos e estudantes da área de Ciências Humanas da instituição mostraram à população o trabalho desenvolvido pelos diversos departamentos. Eles levaram coelhos e ovelhas ao calçadão.

Conforme nota da Adufpel (Associação dos Docentes da UFPel), a atividade é uma forma criativa de protesto contra o substitutivo do senador Darcy Ribeiro para a nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases), o qual a comunidade está chamando de "golpe na LDB".

A nota explica ainda que existe um projeto de LDB tramitando no Senado Federal, cujo relator é o senador Cid Sabóia. O projeto é resultado de seis anos de discussão com representantes de todos os segmentos educacionais do País e a comunidade quer vê-lo aprovado. O substitutivo Darcy Ribeiro contempla propostas do Governo/MEC para a Educação e se contrapõe ao projeto Cid Sabóia. O senador Jader Barbalho solicitou vistas ao parecer do relator e a matéria retornou, ontem, à CCJ do Senado para discussão.

DALNEI OLIVEIRA/DP

COELHOS, ovelhas e terneiros na manifestação

ATIVIDADES - A atividade de rua realizada ontem, durante toda a tarde, no calçadão entre as ruas Voluntários da Pátria e General Neto, foi promovida pelo ICH (Instituto de Ciências Humanas), CAVG (Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça), Faculdade de Educação e ISP (Instituto de Sociologia Política).

No local, foram realizadas oficinas com crianças de séries iniciais, exposições de livros, teses e murais fotográficos históricos sobre o CAVG da década de 20 até hoje. Também foram demonstrados à comunidade pelotense como são feitos os cursos técnicos de alimentos, de criação de coelhos, de ovelhas e de terneiros e de alguns legumes plantados e colhidos pelos estudantes.

Segundo a professora Ceres Torres, presidenta da Adufpel, na próxima quarta-feira serão expostas as atividades dos cursos da área de Ciências Agrárias. Ontem à noite, a diretoria da entidade esteve reunida para definir a programação a ser seguida após as mobilizações. Ela afirma que estão previstos seminários de avaliação institucional, evidência social e publicização.

DATA: 09/JUNHO/1995

JORNAL: D. POPULAR

DIÁRIO da MANHÃ

Sábado,
7 de outubro de 1995

ADUFPel discute a universidade de hoje

Com o tema "Estado e Universidade: desafios para a construção democrática" teve início ontem, na cidade de Salvador-BA, o XXXI Conad (Conselho Nacional de Andes-Sindicato Nacional de Docentes do Ensino Superior), do qual estão participando cerca de 150 professores, entre delegados e observadores representantes de 53 seções sindicais filiadas à Andes-SN. A ADUFPel - Seção Sindical dos Docentes da UFPel está representada pelos professores Hildete Bahia da Luz (delegada), Antônio Augusto Ferreira (observador) e Sérgio Barum Cassal (observador).

O XXXI Conad tem por finalidade discutir e deliberar sobre a política de atuação do sindicato nacional para os diversos temas que dizem respeito à secretaria docente. Entre estes temas, estão: Política Educacional, Política de Ciências e Tecnologia, Política de Comunicação e Política de Seguridade Social.

O encerramento do encontro está marcado para o próximo domingo.

Professores aposentados da Federal reunidos nesta terça

A ADUFPel - Seção Sindical estará realizando na próxima terça-feira, dia 10 de outubro às 18h, na sede da entidade, um encontro com os professores aposentados da UFPel, onde será apresentado pela professora Solange Barros Coelho a primeira parte de um trabalho de pesquisa sobre o perfil do aposentado da UFPel, que está sendo realizado pelo Grupo de Professores Aposentados da ADUFPel-Sind. O encontro é aberto a todos docentes da UFPel interessados no assunto.

De acordo com a professora Solange, considerando que a aposentadoria é um direito dos trabalhadores e que a capacitação, a experiência e a força de trabalho do docente aposentado constitui-se em importante contribuição aos professores em atividade, "torna-se preponderante a inserção na discussão dos direitos e interesses do professor aposentado, na perspectiva da manutenção, defesa e conquista da categoria docente em seu sentido mais amplo".

Segundo a professora, para que o Movimento Docente possa pautar sua ação na direção dos princípios referidos, torna-se necessário "desenvolver ações no sentido de refletir sobre as diferentes formas de envolvimento dos docentes aposentados na vida sindical e nas IES". Para tanto, uma das atividades a ser desenvolvida é a organização de um banco de dados, no âmbito das seções sindicais e da Andes-Sindicato Nacional, "que nos permita obter informações sobre os docentes aposentados, mecanismos de absorção de sua força de trabalho, legislações específicas sobre o assunto", disse Solange.

Adufpel discute ensino

Confirmado para hoje, às 19h, no auditório da Faculdade de Direito da UFPel (Universidade Federal de Pelotas), o lançamento do projeto *Estação UFPel*, criado pela Adufpel (Associação dos Docentes da UFPel) com o objetivo de discutir a Universidade hoje e elaborar propostas que superem a atual crise.

A solenidade de abertura contará com a presença do professor da Unfiversidade Federal de João Pessoa, Paraíba, Alexandre Nader, que falará sobre *A crise na Universidade*. Conforme a comissão organizadora, também estará presente o presidente da Andes-Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior, professor Luiz Henrique Schuch.

O encontro prossegue na segunda-feira, com a presença confirmada do reitor da Universidade Federal da Bahia, professor Luiz Felippe Serpa.

O projeto é uma ação que pretende reunir a comunidade universitária e a sociedade para discutir e construir uma nova universidade. A professora Ceres Torres, presidenta da Adufpel, salienta que o sucesso desta atividade depende da participação ativa dos integrantes da comunidade universitária e de toda a sociedade.

■ IVELISE ALVES NUNES
do Diário Popular